

2025



TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL DO
PARÁ

TRE-PA

Relatório de ACESSIBILIDADE

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

COMPOSIÇÃO:

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário - Presidente

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque - Vice-Presidente e Corregedora

José Airton de Aguiar Portela - Juiz Federal

Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira - Juíza de Direito

Marcus Alan de Melo Gomes - Juiz de Direito

Marcelo Lima Guedes - Jurista

Alan Rogério Mansur Silva - Procurador Regional Eleitoral

DIRETORIA-GERAL

Bruno Giorgi Almeida e Silva

Diretor-Geral

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Elaine Cristina de Jesus Santana da Silva Machado - Secretária

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PROCESSOS E GOVERNANÇA

Sabrina Bittencourt Guimarães Castro - Coordenadora

SEÇÃO DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL - SGS

Lísia Regina Franco Dias - Chefe de Seção / Analista Judiciária

Luciane da Conceição Costa Mai - Assistente I / Analista Judiciária

Alcyone Beatriz de Oliveira - Analista Judiciária

Kathleen Bárbara Reis da Silva - Colaboradora

Josiane Amanda Miranda Raposo - Colaboradora

Belém, fevereiro de 2026

Sumário

04

APRESENTAÇÃO

14

CAPACITAÇÕES EM ACESSIBILIDADE

05

INTRODUÇÃO

24

ACESSO COM SUCESSO!

06

TRE ACESSÍVEL

25

**ACESSO COM SUCESSO! NA
EXPEDIÇÃO MARAJÓ 360°**

07

**CALENDÁRIO DE
ACESSIBILIDADE**

27

SEMANA DA ACESSIBILIDADE

08

**GARANTIA DE ACESSIBILIDADE
COMUNICACIONAL**

29

**TRE DO PARÁ DIVULGA A URNA
ELETRÔNICA COM ACESSIBILIDADE**

09

**GARANTIA DE ACESSIBILIDADE
TECNOLÓGICA**

30

**TRE DO PARÁ CONQUISTA SELO
LINGUAGEM SIMPLES PELO SEGUNDO ANO
CONSECUTIVO**

12

**GARANTIA DE ACESSIBILIDADE
ARQUITETÔNICA**

Apresentação

A Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão (CMAI), instituída pela Portaria nº 20.475/2021 TRE/PRE/GABPRE, de 8 de julho de 2021 constante do Processo SEI nº 0012686-86.2020.6.14.8000, apresenta o Relatório de Atividades 2025. Com a Portaria 24311/2025, a CMA passou a ter a seguinte composição:

Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE - Presidente da Comissão - Membro da Corte Eleitoral do Pará

LÍSIA REGINA FRANCO DIAS - titular e coordenadora e secretária da Comissão - Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social

LUCIANE DA CONCEIÇÃO COSTA MAI - substituta da coordenadora e secretária da Comissão - Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social

VALENA LAREDO MENDONÇA WANZELER - Escola Judiciária Eleitoral / Presidência

MÁRCIA SILVA ALMEIDA SOUSA - Núcleo Gestor de Diárias / Diretoria-Geral

RODRIGO AUGUSTO NASCIMENTO MONTERO VALDEZ - Ouvidoria Judicial Eleitoral

EXPEDITO AUGUSTO CARDOSO NOBRE FILHO - Seção de Auditoria da Gestão Administrativa

ANGELO PIO PASSOS NETO - Secretaria de Administração

FERNANDA IRACEMA MOURA ARNAUD - Núcleo Gestor de Promoção à Saúde Mental / Secretaria de Gestão de Pessoas

CLÁUDIA DO SOCORRO MORAES COSTA - 72ª Zona Eleitoral do Pará - Ananindeua

RENATA CLAUDIA MARTINS FERREIRA - Assessoria de Comunicação Institucional

RONNIE PATRICK RODRIGUES TEIXEIRA - Seção de Administração do Cadastro Eleitoral/ Secretaria de Tecnologia da Informação

SINARA LUBIANA MENDES - Corregedoria Regional Eleitoral

PATRICIA GUIMARÃES ROCHA DE SABOYA - Assessoria de Cerimonial

ROBERTO DE ARAÚJO MOURA - Seção de Gestão Estratégica e Projetos

Introdução

O presente relatório apresenta os projetos desenvolvidos em 2025 pela Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social (SGS), unidade responsável pela implementação das ações de responsabilidade da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CMAI) e demais unidades do TRE do Pará. Os trabalhos foram fundamentados no Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Pará 2025, que priorizou a viabilização de recursos para o pleno exercício da cidadania, em conformidade com as diretrizes da Resolução CNJ nº 401/2021. Este planejamento, alinhado ao Plano de Gestão do biênio 2025-2026, buscou fortalecer a acessibilidade em todas as suas vertentes, assegurando o acolhimento de eleitoras e eleitores e a inclusão de minorias no processo democrático.

Dentre as principais frentes de atuação, destacam-se os estudos iniciais para implementação da "Sala Calma" no Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE) para suporte a pessoas com autismo ou sensibilidades sensoriais, e a execução do Projeto Acesso com Sucesso, voltado à redução de barreiras físicas nas seções eleitorais e ao aperfeiçoamento do cadastro eleitoral. No âmbito educativo e normativo, o TRE realizou capacitações contínuas, incluindo a formação obrigatória de magistrados com carga mínima de 20 horas e o curso presencial de Libras para atendentes, visando ampliar em 10% o quadro de pessoal capacitado. Tais esforços culminaram na realização da Semana de Acessibilidade, consolidando o compromisso institucional em orientar servidores e garantir que o atendimento ao público-alvo seja pautado pela dignidade e eficiência.

Por fim, os resultados alcançados, especialmente no que tange à ampliação do quadro de servidores capacitados em Libras e à formação especializada da magistratura, estabelecem um novo patamar de atendimento e sensibilidade institucional. A continuidade dessas políticas de gestão sustentável e social, norteadas pelo Plano de Gestão do biênio 2025-2026, é essencial para que o Tribunal siga evoluindo no combate ao capacitismo e no acolhimento das diversidades. Com o encerramento deste ciclo, reafirma-se a necessidade de manter o monitoramento contínuo das ações de acessibilidade, garantindo que as inovações implementadas se tornem práticas permanentes e integradas à cultura organizacional de todas as unidades e Cartórios Eleitorais do Estado.

TRE ACESSÍVEL

Objetivo: Identificação das eleitoras e eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida e campanhas de conscientização.

O programa TRE Acessível visa aproximar a Justiça Eleitoral dos eleitores com deficiência (PcD) e seus familiares, discutindo a importância da participação política para a ampliação e manutenção de seus direitos. O programa consiste em palestras em instituições públicas e privadas, com debates sobre legislação e direitos políticos, acessibilidade, fake news e a importância da autodeclaração no cadastramento eleitoral. Durante o evento, os participantes podem tirar dúvidas e relatar experiências, auxiliando na sensibilização de servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral.

O programa TRE Acessível está contemplado no Plano de Gestão 2023-2024 deste Regional seguindo os três objetivos: Valorizar, Acolher e Modernizar, e aos macros desafios do Conselho Nacional de Justiça, com ações direcionadas para a prestação do serviço com excelência, voltando o olhar desta administração para o social, o relacionamento humano e a modernização dos serviços oferecidos à sociedade.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2.10; 2.11 e 3.4.

Resultado: Em 2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por meio da Escola Judiciária Eleitoral do Pará, levou o programa de cidadania TRE ACESSÍVEL à APAE e ao Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em Belém.

O programa esteve no dia 26 de março na sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), no município de Belém, e no dia 10 de abril, no Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR). O Centro de Reabilitação é referência no Pará na assistência de média e alta complexidade, via Sistema Único de Saúde (SUS), às pessoas com Deficiência (PCDs) visual, física, auditiva e intelectual de todas as faixas etárias.

Em 2025 foram atendidas 95 pessoas no CIIR e 21 pessoas na APAE.

Desafios enfrentados: Alcançar maior número de municípios durante ano eleitoral.



#paratodosverem

Imagem 1 - Foto do público prestigiando Ação de Inclusão na APAE/Belém.

Imagem 2 - Imagem do Diretor Geral do TRE/PA participando do evento na APAE Belém.

Calendário de Acessibilidade

Objetivo: As datas comemorativas sobre acessibilidade são fundamentais para garantir os direitos das pessoas com deficiência. Elas nos fazem refletir se as leis de inclusão estão funcionando de verdade. O TRE do Pará celebrou e relembrou as datas comemorativas relacionadas à Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência ao longo do ano de 2025.

Esses momentos não são apenas celebrações. Eles servem para:

Mudar atitudes e espaços: Identificar e retirar barreiras que impedem a autonomia das pessoas.

Transformar ideias em ações: Garantir que o compromisso com a inclusão melhore a qualidade de vida e a participação de todos na sociedade.

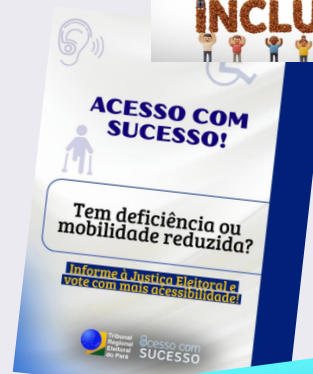
Melhorar sempre: Avaliar o que estamos fazendo para criar ambientes mais justos e iguais.

Ao valorizar essas datas, reforçamos nossa responsabilidade em respeitar a diversidade. Nosso foco é remover obstáculos físicos e de comportamento, garantindo que o respeito e a dignidade guiem todas as nossas ações.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2.10; 2.11; 3.1; 3.2; 4.2 e 4.3.

Resultado: Implementação de um cronograma de comunicação integrada voltado à acessibilidade, convertendo datas comemorativas em oportunidades de engajamento social e atualização de práticas estruturais dentro da Instituição.

Desafios enfrentados: Não houve. A administração contribuiu, participou, bem como apoiou todas as ações.



#paratodosverem

Imagem 1 - Divulgação do Abril Azul, sobre o Autismo.

Imagem 2 - Divulgação sobre o Dia Nacional da Linguagem de Sinais em 24/04 - Inclusão.

Imagem 3 - Divulgação do Projeto Acesso com Sucesso, para informação à Justiça Eleitoral sobre deficiência.

Imagem 4 - Divulgação de Informativo “Justiça Eleitoral Investe em Acessibilidade”.

Imagem 5 - Divulgação sobre o Dia do Orgulho Autista, em 18 de junho.

Garantia de Acessibilidade Comunicacional

Objetivo: Nosso objetivo é garantir que todas as pessoas consigam participar de reuniões, audiências e eventos por vídeo sem dificuldades. Queremos que tanto o público interno quanto os cidadãos consigam entender tudo o que é dito e interagir em tempo real, com total autonomia.

Para seguir as normas de inclusão do Poder Judiciário, utilizamos o Google Meet (Contrato nº 183/2024), que oferece ferramentas para diferentes necessidades:

- Para quem tem deficiência auditiva: O sistema oferece legendas automáticas que aparecem na hora em que a pessoa fala e também permite criar um texto escrito (transcrição) de tudo o que foi discutido.
- Para quem tem deficiência visual: A ferramenta funciona perfeitamente com leitores de tela e permite ajustar as cores e o contraste para que a imagem fique mais nítida.
- Para quem tem deficiência motora ou dificuldades de foco: É possível controlar as funções apenas pelo teclado e organizar a tela de um jeito mais simples, facilitando a navegação.

Além disso, a Ouvidoria disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis: O público com deficiência, ao acessar o formulário eletrônico "Registro de solicitação" (Formulário eletrônico das demandas à Ouvidoria), pode, ao clicar no símbolo de acessibilidade, escolher as formas de atendimento em libras ou em voz, de modo a facilitar o atendimento ao público com deficiência. A Ouvidoria disponibiliza atendimento presencial, e também por meio de telefone, e-mail, webchat e whatsapp, permitindo a usuárias e usuários a escolha do canal de contato mais conveniente.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021) 3. acessibilidade comunicacional.

Resultado:

 Cursos, palestras, eventos e sessões plenárias para o público externo = 100% com tradução simultânea em Libras. Não há necessidade de Libras para o público interno.

 242 matérias jornalísticas em formato acessível = 100% acessíveis (recursos Rybená)

 97 Vídeos com recursos de acessibilidade = 100% (descrição, legendas e/ou Libras), o que representa um aumento de 546,67% em relação a 2024, quando foram produzidos 15 vídeos com recursos de acessibilidade.

Desafios enfrentados: encontrar uma boa equipe de audiodescrição na cidade de Belém. O contrato foi firmado com uma empresa de Brasília, que executou os serviços conforme as necessidades do TRE do Pará.

Garantia de Acessibilidade Tecnológica

Objetivo: Nosso compromisso é garantir que pessoas com deficiência visual (cegueira ou baixa visão) consigam usar computadores e sistemas de trabalho com total independência. Queremos derrubar barreiras digitais para que todos consigam criar conteúdos e navegar com eficiência, usando as ferramentas que já existem no próprio computador, sem precisar comprar programas extras.

Como cumprimos a regra (Resolução CNJ nº 401/2021):

Para seguir as orientações do Poder Judiciário, oferecemos as seguintes ferramentas:

- Recursos do Próprio Computador: Usamos as funções que já vêm no Windows 11, como o leitor de tela e a lupa (que aumenta o tamanho das letras e imagens).
- Ferramentas de Trabalho Acessíveis: Utilizamos o Google Workspace. Com ele, é possível usar o teclado para navegar, ouvir o que está na tela e ter legendas automáticas em tempo real nas reuniões pelo Google Meet.
- Design Inclusivo: Aplicamos cores com alto contraste para facilitar a leitura e usamos ferramentas que avisam se um documento está difícil de ler ou se uma imagem precisa de descrição.

Resultados e Monitoramento

- Videoconferências: No Google Meet, os usuários contam com legendas para quem tem deficiência auditiva, transcrição de reuniões e controles fáceis pelo teclado.
- Testes de Qualidade: Usamos o programa ASES (<https://asesweb.governoeletronico.gov.br/>) para conferir se o nosso site e os nossos links estão realmente acessíveis para todos, com 96,16% de pontuação em 2025. Referência: <https://support.google.com/meet/answer/7313544?hl=pt-BR>

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 4. acessibilidade tecnológica.

Resultado: Os recursos de acessibilidade tecnológica para uso nos sites e nos aplicativos de videoconferência estão disponíveis ao público externo pelo Rybená e pelos recursos de acessibilidade do Google, e ao interno e/ou externo e associados ao software Google Meet, CONTRATO Nº 183/2024 (SEI nº 0002531064), como legendas em tempo real para usuários com deficiência auditiva, transcrições nas salas de reuniões, integração com leitores de tela para aqueles com deficiência visual, controles de teclado, layouts personalizados e melhorias no contraste e visibilidade. (fontes: <https://support.google.com/meet/answer/7313544?hl=pt-BR> e <https://www.google.com/intl/pt-BR/accessibility/products-features/>)

Desafios encontrados: Não houve, pois os recursos do portal são fornecidos pelo TSE.

Página Avaliada

Título: Página Inicial — Intranet do TRE-PA

Tamanho: 109773 Bytes

Data/Hora: 19/06/2025 15:23:35

Nota e Resumo da Avaliação de Acessibilidade

Porcentagem ASES

96.16%

Legenda

>= 95%

>= 85% < 95%

>= 70% < 85%

< 70%

Resumo de Acessibilidade por Seção eMAG

Seção	Erro(s)	Aviso(s)
Marcação	2	69
Comportamento	0	4
Conteúdo/Informação	12	79
Apresentação / Design	0	1
Multimídia	0	0
Formulários	0	1
Total	14	154

Avaliação tem por base testes automáticos em código-fonte (X)HTML interpretados do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) (link para novo site).

A nota não contempla os itens classificados como avisos e aqueles que requerem avaliação humana. Para saber quais testes são contemplados pelo software, favor verificar os critérios de sucesso trabalhados pelo ASESWEB.

Garantia de Acessibilidade Tecnológica - Sistemas e Aplicativos

Este relatório descreve como as soluções de tecnologia do Tribunal garantem que pessoas com deficiência consigam utilizar nossos serviços digitais com facilidade e autonomia.

1. Diagnóstico Atual

Atualmente, o nível de acessibilidade dos nossos sistemas é considerado bom. Isso acontece porque utilizamos tecnologias modernas que já trazem "de fábrica" recursos de acessibilidade, como o **Oracle APEX**.

Ferramentas de Verificação: Usamos softwares automáticos que testam o código constantemente para garantir que cegos (que usam leitores de tela) e pessoas com mobilidade reduzida consigam navegar sem erros.

2. Acessibilidade no Celular (Mobile)

Para os aplicativos de celular, utilizamos o **React Native**. Essa escolha é estratégica pois permite que o aplicativo converse diretamente com os recursos do aparelho do usuário (como o **TalkBack** no Android e o **VoiceOver** no iPhone), garantindo uma experiência natural e inclusiva.

3. Plano de Evolução (Compromisso com a Melhoria)

O Tribunal identificou que testes automáticos não são suficientes. Por isso, estamos implementando três grandes mudanças para elevar nosso nível de excelência:

Testes Manuais: Além dos robôs, faremos testes humanos de navegação. Isso evita a "falsa sensação de que está tudo certo" garante que o sistema realmente funcione na prática.

Padrões Internacionais: Estamos deixando de seguir apenas a norma nacional (eMAG), que está desatualizada, para adotar as regras mundiais mais modernas (WCAG 2.1 e 2.2).

Correção de Semântica: Estamos revisando os códigos de nossas páginas para que a organização da informação seja clara para qualquer tecnologia assistiva.

4. Conclusão

O Tribunal está alinhado às recomendações do TCU e em constante evolução. Nosso foco saiu do "simples cumprimento da norma" para a busca da **efetiva inclusão digital**.

Garantia de Acessibilidade Tecnológica - Portais da internet e intranet

O site do TRE-PA oferece uma série de recursos de acessibilidade tecnológica e comunicacional para garantir a autonomia de todos os usuários, especialmente pessoas com deficiência visual ou auditiva. Os principais recursos disponíveis no site e em seus links incluem:

1. Ferramentas de Acessibilidade Digital

O portal utiliza tecnologias que permitem personalizar a experiência de navegação:

- Leitores de tela e sintetizadores de voz: Para que o conteúdo seja lido em voz alta para usuários cegos ou com baixa visão.
- Ajustes Visuais: Ferramentas para alterar o contraste, a saturação e o ajuste de cores das páginas.
- Facilitação de Leitura: Recursos como máscara de leitura, guia de leitura, espaçamento entre letras e linhas, e um modo específico para dislexia.
- Destaques e Navegação: Opções de colocar links e títulos em destaque, uso de cursor grande, pausa de animações e navegação integral por teclado.
- Ferramenta Rybená: Utilizada para facilitar o acesso a documentos oficiais, como a Política de Acessibilidade, com recursos assistivos integrados.

2. Uso de Inteligência Artificial (IA)

O Tribunal implementou recursos de IA para tornar a informação mais compreensível:

- Descrição de imagens: Descrições geradas por IA tanto em texto quanto em áudio.
- Simplificação de textos: Reescrita ou simplificação automática de textos complexos.
- Dicionário e significados: Consulta rápida ao significado de palavras com auxílio de IA.

3. Acessibilidade em Sistemas e Apps

- Sistemas Web: Desenvolvidos em plataformas como Oracle APEX, que já incorporam padrões nativos de acessibilidade.
- Aplicativos Móveis: Utilizam o padrão React Native, que se comunica diretamente com as APIs de acessibilidade dos celulares, como o TalkBack (Android) e o VoiceOver (iOS).

4. Canais de Comunicação Acessíveis

- Libras: O site oferece tradução em Libras e o Tribunal disponibiliza no dia das eleições uma Central de Intermediação em Libras via WhatsApp para tirar dúvidas sobre serviços eleitorais.
- Ouvidoria: O formulário eletrônico de solicitações possui um símbolo de acessibilidade que permite ao usuário escolher o atendimento por voz ou em Libras.
- Vídeos e Notícias: Vídeos no YouTube contam com legendas, intérpretes de Libras e audiodescrição, enquanto as matérias jornalísticas incluem descrições de imagens.
- O nível de acessibilidade do portal é monitorado e avaliado constantemente por meio do programa ASES (Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios) do Governo Federal.

Garantia de Acessibilidade Arquitetônica

INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PREDIAL

Em continuidade ao projeto de garantia de acessibilidade arquitetônica do TRE-PA iniciado em 2023, no ano de 2025 o TRE do Pará instalou um novo sistema de sinalização predial na Sede e nos Anexos. O objetivo foi ampliar a acessibilidade, melhorar a orientação espacial e padronizar a comunicação visual.

Resultados: Sinalização completa e padronizada: implantação do sistema modular e intercambiável Flex Plano, que permite atualizações rápidas e mantém a identidade visual.

Acessibilidade total: mais de 240 metros de sinalização tátil de degraus e 180 placas táteis com Braille e alto-relevo em portas e corrimãos.

Organização e orientação: painéis intercambiáveis de recepção e painéis intercambiáveis de pavimento.

Segurança reforçada: 344 metros de fitas fotoluminescentes em escadas internas e externas.

Benefícios Estratégicos:

Acessibilidade e inclusão: Circulação mais segura, com foco nas pessoas com deficiência;

Segurança: escadas visíveis (redução de riscos de acidente em caso de baixa luminosidade e emergências);

Eficiência: maior facilidade de localização espacial por servidores(as) e visitantes;

Padronização institucional: comunicação visual unificada, reforçando a organização e modernização do TRE-PA.



#pracegover -

Imagem 1: sinalização em Braille informando o andar no corrimão da escada.

Imagem 2: Placa sinalizadora em Braille com o nome da SPEF - Seção de Programação e Execução Financeira.

Imagem 3: Painel sinalizador predial com a localização dos setores, no hall de entrada do edifício-sede do TRE do Pará

Garantia de Acessibilidade Arquitetônica

O projeto de garantia de acessibilidade arquitetônica do TRE-PA iniciado em 2023 realizou um levantamento dos prédios do TRE do Pará, realizado pela Seção de Engenharia, em visitas presenciais.

[Clique aqui](#) para acessar o Levantamento de Acessibilidade Arquitetônica do TRE do Pará criado em 2023.

O Levantamento de Acessibilidade Arquitetônica do TRE anexado acima apresenta a situação da acessibilidade física em 110 imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral após análise e melhoria. O objetivo é mostrar o quanto nossos prédios estão adaptados para receber todas as pessoas com autonomia e segurança.

1. Resumo dos Números

De forma geral, o levantamento mostra que a maioria dos nossos espaços possui um bom nível de adaptação:

- Total de imóveis analisados: 110 unidades (incluindo Cartórios, Sedes e Postos de Atendimento).
- Imóveis Próprios: 71 unidades.
- Imóveis Locados (alugados): 37 unidades.
- Imóveis Cedidos: 2 unidades.

2. Grau de Acessibilidade

O índice de acessibilidade mede o quanto cada prédio cumpre as normas técnicas (como rampas, banheiros adaptados e sinalização):

- Imóveis Próprios: Estão em excelente patamar, com média de 90% de acessibilidade. Isso mostra que as reformas e manutenções nos prédios da União estão sendo efetivas.
- Imóveis Locados: Apresentam uma média de 70% de acessibilidade. O índice é menor porque esses imóveis dependem de adaptações feitas pelos proprietários ou de negociações contratuais para reformas.

3. Resultados

Quando o levantamento foi realizado, os índices de acessibilidade arquitetônica estavam muito precárias. O levantamento foi a base para as ações de adaptação dos prédios e, inclusive, substituição de imóveis alugados que não forneciam as condições necessárias. A tabela anexada mostra o resultado dessas reformas e adaptações.

A instalação da sinalização predial do edifício-sede, em 2025, reflete a preocupação do TRE-PA em dar autonomia às pessoas com deficiência.

Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

Objetivo: O Tribunal Eleitoral do Pará (TRE), por meio da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão, vem desenvolvendo ações contínuas de capacitação do corpo funcional. Destacam-se palestras, cursos livres, orientações, campanhas, todos com o intuito exclusivo de garantir a efetiva conscientização acerca da temática acessibilidade. No ano de 2024, priorizou-se a integração de servidores das zonas eleitorais e da sede nas capacitações em acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Indicadores (Res. 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços.

Resultado: Com as capacitações em acessibilidade promovidas pelo TRE-PA, foram capacitados 417 servidoras(es), requisitadas(os), colaboradoras(es) terceirizadas(os) e estagiárias(os) e 78 magistrados, sendo que dentre estes, 10 participaram de capacitação de 20 horas oferecida pela EJE do TSE.

Desafios encontrados: Magistrados participarem de capacitação com duração de 20 horas em ano eleitoral.

Foram oferecidos os seguintes cursos nas temáticas de acessibilidade em 2024:

1. Curso sobre Linguagem Simples na sede do Regional;
2. Oficina sobre Linguagem Simples no FestLABs 2025, em 24 de setembro;
3. Ambientação para Novos Servidores: sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão;
4. Palestra sobre práticas anticapacitistas no atendimento às pessoas com deficiência;
5. Curso de Libras, nível básico, no Fórum Eleitoral de Belém;
6. Curso de Libras, nível básico, no edifício-sede, em Belém;
7. Curso “Acessibilidade e Inclusão: Capacitação para a Magistratura Eleitoral” - 2ª turma, no 1º semestre de 2025
8. Participação no 4º Encontro Nacional de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, no dia 19 de novembro de 2025, no Tribunal Superior Eleitoral;
9. LibrELO.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

RESULTADO PERCENTUAL:

Categoria	Quantidade
Servidores efetivos	468
Requisitados	338
Estagiários	151
Terceirizados	347
Magistrados	107
Total força de trabalho (FTT)	1.304

A) Capacitação do corpo funcional

Capacitados: 417 pessoas

FTT: 1.304 pessoas

 31,98% da força de trabalho foi capacitada em acessibilidade em 2025

B) Magistrados capacitados

Capacitados: 78

Quantidade de magistrados: 107

 72,89% da magistratura recebeu capacitação em acessibilidade

C) Magistrados com formação de 20 horas

Capacitados: 13

Quantidade de magistrados: 107

 12,15% da magistratura concluiu formação específica de 20h

Se considerarmos apenas os 78 magistrados capacitados:

 16,67% dos magistrados capacitados fizeram formação aprofundada.

D) Formação em Libras:

LibrELO: Capacitados: 126 servidores

Curso presencial de Libras: Capacitados: 5 servidores + 11 terceirizados = 16

Total de capacitados em Libras: 142 / FTT: 1.304

 10,89% da força de trabalho concluiu capacitação específica em Libras (LibrELO).

Se considerarmos apenas 806 efetivos + requisitados:

 17,62% do quadro permanente ampliado recebeu capacitação específica em Libras.

E) Semana da Acessibilidade

Participantes: 20 + 21 = 41 / FTT: 1.304

 3,14% da força de trabalho participou da Semana da Acessibilidade

Considerando a força de trabalho total de 1.304 pessoas (efetivos, requisitados, estagiários e terceirizados), 416 foram capacitadas em acessibilidade no exercício de 2025, representando 31,89% do quadro funcional. No âmbito da magistratura, dos 107 magistrados vinculados ao TRE-PA, 78 participaram de capacitações na temática, correspondendo a 72,89% da magistratura.

Destes, 13 concluíram formação específica com carga horária de 20 horas, representando 12,15% do total de magistrados e 16,67% dos magistrados capacitados.

O curso LibrELO foi concluído por 126 servidores, correspondendo a 15,63% do quadro permanente ampliado (efetivos e requisitados). Além destes, 15 pessoas aprenderam Libras presencialmente, o que resulta em um percentual de 17,49% do quadro permanente, consolidando avanço na acessibilidade comunicacional em Libras.

Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

Curso sobre Linguagem Simples na sede do Regional

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), por meio da Secretaria de Administração, promoveu na sexta-feira, 11 de abril, um curso sobre Linguagem Simples na sede do Regional. A iniciativa integra o programa "Simples Assim" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que lançou o Pacto Nacional pela Linguagem Simples há dois anos, visando a eliminação de barreiras de comunicação no Poder Judiciário.

O objetivo do curso foi orientar os servidores a se expressarem de forma mais clara e direta, tanto para o público externo quanto interno, evitando o uso excessivo de termos jurídicos complexos como *in albis* ou *periculum in mora*.

A secretária de Administração, Hérica Sodré, destacou que a linguagem rebuscada cria exclusão, afetando inclusive a comunicação entre setores internos. Falar de forma objetiva torna a comunicação mais inclusiva, favorece a leitura rápida, aumenta a produtividade, reduz o cansaço mental e melhora o relacionamento com a sociedade.

Em 2025, o TRE-PA recebeu o Selo de Linguagem Simples do CNJ pelo Projeto "Simples Assim", um reconhecimento do esforço em tornar termos e documentos jurídicos mais acessíveis à sociedade.

Objetivo: O conteúdo programático foi elaborado com o objetivo de capacitar os servidores do TRE-PA a produzirem documentos e peças comunicacionais mais claros, objetivos e inclusivos.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços; 3. Acessibilidade comunicacional.

Resultados: Quarenta participantes (39 servidores e 01 magistrado) tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o histórico da linguagem simples e como ela vem sendo aplicada. Além disso, realizaram dinâmicas relacionadas ao tema.

Desafios encontrados: Conciliar a agenda dos instrutores. O número de interessados foi maior do que as vagas ofertadas.



#paratodosverem

Imagem 1 - Imagem do Selo Linguagem Simples, concedido pelo CNJ.

Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência Ambientação para Novos Servidores

Objetivo: Posse de novas (os) servidoras(es) no TRE do Pará. Foram empossadas nove pessoas nos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário. O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará) realizou nos dias 12 de agosto, 18 de agosto e 2 de setembro a cerimônia de posse dos candidatos aprovados no último concurso público. As nomeações ocorreram após o Tribunal autorizar o reforço do quadro funcional em julho de 2025, contemplando áreas como segurança institucional, medicina, contabilidade e tecnologia da informação. É importante notar que as posses ocorrem de forma escalonada à medida que os candidatos são convocados e cumprem os requisitos admissionais. As(os) novas(os) servidoras(es).

Indicador (Res. CNJ nº 401/2021): 2.10. Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.

Resultado: Durante a ambientação em Saúde e Acessibilidade, os nove empossados passaram por oficina de sensibilização, onde puderam vivenciar as diversas realidades de pessoas com deficiência, suas dificuldades e obstáculos a serem transpostos.

Desafios encontrados: Não houve.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

Palestra “Práticas capacitistas no atendimento às pessoas com deficiência”.

Objetivo: No Dia Mundial da Pessoa com Síndrome de Down (21/03), o Tribunal Regional do Pará (TRE do Pará) reafirmou a responsabilidade de incentivar a cidadania sem discriminação, e promoveu uma palestra sobre práticas anticapacitistas no atendimento às pessoas com deficiência, evitando que seja destinado a elas um tratamento desigual, baseado na crença equivocada de que são menos aptas às tarefas da vida comum, inclusive do exercício do voto.

O evento aconteceu na sede do Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE), em Belém, e teve o objetivo de capacitar o quadro de atendentes que fazem o acompanhamento do (a) eleitor (a) com deficiência no ato do cadastro ou da revisão eleitoral, uma iniciativa inédita no Regional.

A palestra foi ministrada pela psicóloga da APAE, Louise Escócio, em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Pará, onde servidores, magistrados e colaboradores receberam orientações sobre a importância da inclusão e o combate ao preconceito contra pessoas com deficiência.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2.2; 2.7; 2.10; 3.4.

Resultado: 26 participantes.

Desafios encontrados: Participação dos servidores do Fórum Eleitoral em horário após o expediente.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

Curso de Libras - nível básico

Com o **objetivo** de fortalecer a acessibilidade no atendimento ao público, foi realizada capacitação presencial no módulo básico da Língua Brasileira de Sinais (Libras), entre 18 de agosto e 18 de dezembro, voltada a servidores(as) que atuam no atendimento ao público na capital. Concluíram o curso de nível básico 5 servidores do Fórum Eleitoral de Belém.

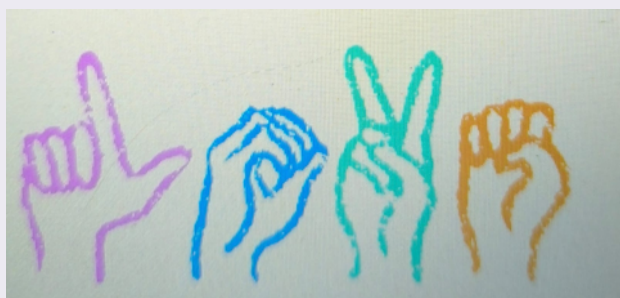
O módulo básico do curso presencial de Libras no TRE também foi realizado no edifício-sede, no período de 18 de agosto a 18 de dezembro de 2025, com o objetivo de capacitar as colaboradoras terceirizada do Tribunal Regional Eleitoral do Pará para a promoção da inclusão social e a eficiência no atendimento aos cidadãos surdos. A formação abrangeu desde os fundamentos da cultura surda e gramática elementar até o domínio de sinais técnicos específicos do contexto eleitoral, totalizando uma carga horária voltada ao desenvolvimento de competências comunicativas essenciais.

A metodologia aplicada priorizou a vivência prática por meio de aulas presenciais ministradas por professores surdos, utilizando recursos visuais e dinâmicas intensivas de conversação. O desempenho das participantes foi validado através de avaliações contínuas e testes de proficiência, culminando na certificação de 11 colaboradoras terceirizadas que concluíram com êxito a primeira etapa da capacitação em Língua Brasileira de Sinais.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2.4; 2.5.

Resultado: Concluíram o nível básico quatro servidores e onze colaboradoras terceirizadas.

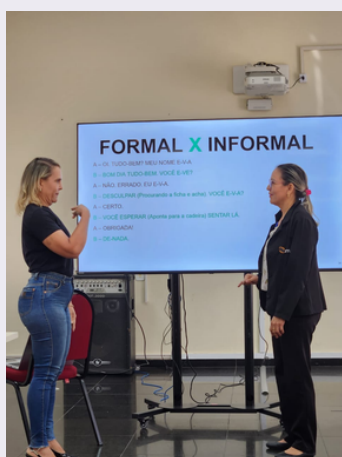
Desafios encontrados: As aulas foram ministradas após o horários do expediente, mas por várias vezes alguns alunos não puderam participar por causa da demanda laboral.



#pracegover

Imagem 2 – Desenhos de mãos com comunicação em sinais.

Imagem 3 – Professor em sala de aula, dando aula de sinais, escrevendo em lousa branca com tinta vermelha



#paratodosverem

Imagem 1 - Professora e aluna conversando em linguagem de sinais;

Imagem 2 - Fotografia de encerramento da turma capacitada em linguagem de sinais, professor à frente e alunos atrás.

Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

Curso Acessibilidade e Inclusão: Capacitação para a Magistratura Eleitoral.

A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE) em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), ofereceu um curso de formação continuada de magistradas e magistrados da Justiça Eleitoral em atendimento às diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência estabelecidas pela Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e pelas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, cujo conteúdo programático foi elaborado de modo colaborativo com as Escolas Judiciárias Eleitorais e com as unidades de acessibilidade de toda a Justiça Eleitoral, buscando integrar os diversos saberes e práticas para promover a inclusão de maneira efetiva. Curso exclusivo para magistratura - Turma 1 em 2024 e Turma 2 em 2025
Curso oficial de aperfeiçoamento para promoção na carreira (Resolução ENFAM nº 2/2016).

Objetivo: aplicar diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, reconhecendo barreiras que afetem diretamente a sua participação na vida pública e política, com estímulo à reflexão e à discussão sobre práticas discriminatórias; e lidar, com segurança, com situações concretas que envolvam direitos desse coletivo e hipóteses de violação de normas de acessibilidade tanto no processo eleitoral quanto no âmbito institucional.

Indicadores (Res. CNJ nº 401/2021): 2. Acessibilidade em serviços; 3. Acessibilidade comunicacional.

TURMA 2 - Primeiro semestre de 2025:

Resultado: Carga horária total: 20 horas/aula.

Número de participantes do TRE do Pará: 13 magistrados.

Desafios encontrados: Não houve. Percebeu-se maior adesão. Alguns magistrados recorreram aos membros da CMAI - Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão para dirimir dúvidas sobre o conteúdo do curso, o que gerou maior diálogo entre os servidores e os magistrados.



Capacitação em Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

LibrELO

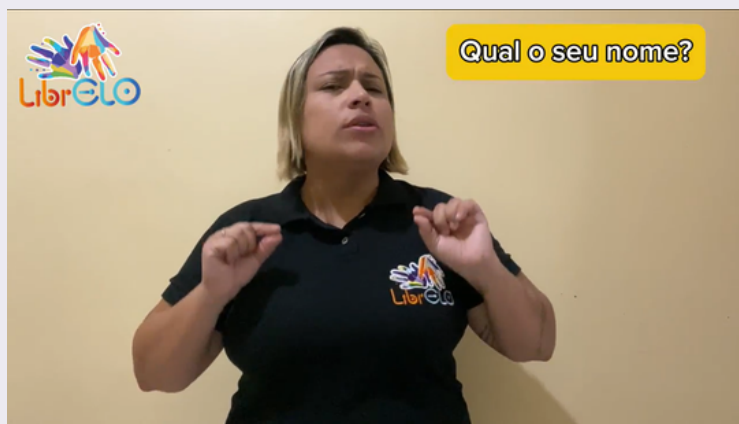
Objetivo: Criação do LibrELO, um curso de libras que visa atender às necessidades específicas do público da Justiça Eleitoral. O objetivo do curso é garantir que pessoas surdas ou com deficiência auditiva sejam atendidas e tratadas adequadamente, em conformidade com a Lei nº 10.436/2002. Essa lei reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como língua oficial das Comunidades Surdas Brasileiras e exige que o poder público incentive e apoie o uso e a disseminação da língua. A iniciativa também está alinhada com a Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece a oferta de atendimento ao público em Libras como uma das medidas para promover a acessibilidade no Poder Judiciário.

Como o aprendizado de uma segunda língua requer estudo e prática contínuas, optou-se por instrumentalizar os servidores da Justiça Eleitoral para a comunicação em Libras especificamente voltado para o atendimento pelo Sistema ELO, de forma contextualizada, a fim de auxiliar o atendente na aquisição de vocabulário básico para utilizá-lo, adequadamente, na interação comunicativa com pessoas surdas. O LibrELO não é um curso completo da Língua Brasileira de Sinais - Libras, mas é um curso contextualizado que ensina aos atendentes perguntas específicas da rotina de utilização do ELO, cujas respostas pelo surdo sejam SIM ou NÃO, ou escritas.

Indicadores (Res. 401/2021): 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6 e 2.12.

Resultado: 126 servidoras e servidores concluíram o curso em 2025.

Desafios encontrados: A criação do curso na plataforma Moodle se mostrou complexa. A professora adoeceu durante a gravação das aulas, atrasando o lançamento do curso.



LIBRELO Índice

- Aula 1 - Introdução ao curso LibrELO.
- Aula 2 - Introdução à Língua Brasileira de Sinais - Libras.
- Aula 3 - Aspectos gramaticais da Libras.
- Aula 4 - Orientações para o atendimento ao público surdo.
- Aula 5 - Alfabeto manual.
- Aula 6 - Numerais em Libras.
- Aula 7 - Oi. Informo que não sou fluente em Libras. Então, farei apenas o básico das perguntas necessárias para o cadastro, ok?
- Aula 8 - Oi, preciso do seu RG.
- Aula 9 - Oi, preciso do seu CPF.
- Aula 10 - Oi, preciso do seu Título de Eleitor.
- Aula 12 - Você é casado(a)?
- Aula 13 - Você é viúvo(a)?
- Aula 14 - Você é divorciado(a)?
- Aula 15 - Você é solteiro(a)?
- Aula 16 - Você tem filhos?
- Aula 17 - Você tem irmão gêmeo?
- Aula 18 - Você é canhoto(a)?
- Aula 19 - Você é destro(a)?
- Aula 20 - Você possui vínculo empregatício?
- Aula 21 - Você concluiu o Ensino Fundamental?
- Aula 22 - Você concluiu o Ensino Médio?
- Aula 23 - Você tem Ensino Superior Completo?
- Aula 24 - Você é pessoa com deficiência?
- Aula 25 - Você quer alterar os seus dados pessoais?
- Aula 26 - Você quer tirar a 2ª via do seu Título de Eleitor?
- Aula 27 - Saudações e despedidas.
- Aula 28 - Sinais do Contexto Jurídico.
- Aula 29 - Você quer alterar o seu local de votação?
- Aula 30 - Você tem o aplicativo e-título?
- Aula 31 - Você aceita receber mensagens da Justiça Eleitoral no seu celular?
- Aula 32 - Você aceita receber e-mail da Justiça Eleitoral?
- Aula 33 - Escreva nesse papel o seu e-mail.
- Aula 34 - Escreva nesse papel o número do seu telefone.
- Aula 35 - Escreva nesse papel a sua idade.
- Aula 36 - Escreva nesse papel quantos filhos você tem.
- Aula 37 - Você tomou as vacinas da COVID-19?
- Aula 38 - Quantas pessoas moram na sua residência?
- Aula 39 - Dias da semana.

LIBRELO Índice

- Aula 40 - Meses do ano.
- Aula 41 - Escreva nesse papel o seu local de votação.
- Aula 42 - Bom dia, em que posso ajudar?
- Aula 43 - Boa tarde, aguarde um momento.
- Aula 44 - Vou colocar suas informações no site.
- Aula 45 - Objetos.
- Aula 46 - Oi, tudo bem?
- Aula 47 - Qual o seu nome?
- Aula 48 - Desculpa, não entendi.
- Aula 49 - Por favor, repete o seu nome.
- Aula 50 - Entendi, obrigado!
- Aula 51 - Escreva nesse papel a sua data de nascimento.
- Aula 52 - Qual a sua idade?
- Aula 53 - Escreva nesse papel o nome da sua mãe.
- Aula 54 - Há algo mais em que eu possa ajudar?
- Aula 55 - Você pode acessar o site do TRE para outras informações.
- Aula 56 - Sinais do contexto familiar.
- Aula 57 - Quem mora junto com você?
- Aula 58 - Você é pessoa trans?
- Aula 59 - Você nasceu em qual município?
- Aula 60 - Em qual estado você nasceu?
- Aula 61 - Você vota em qual município do Pará?
- Aula 62 - Estou com problemas no sistema. Por favor, aguarde.
- Aula 63 - Pronto, finalizei o seu cadastro.
- Aula 64 - Há algo mais em que eu possa ajudar?
- Aula 65 - O TRE agradece a sua presença.
- Aula 66 - Precisando, entre em contato conosco.

Dados complementares:

- Aula 67 - Caso a pessoa seja trans, solicitar para escrever o nome social.
- Aula 68 - Qual raça ou cor você se define? Branco, negro, pardo, indígena ou amarelo?
- Aula 69 - (Raça indígena) Escreva qual a etnia, povo ou grupo indígena.
- Aula 70 - Sua etnia não está na lista. Escreva sua etnia, por favor.
- Aula 71 - Fala alguma língua indígena? Qual? Escreva, por favor.
- Aula 72 - Você é quilombola?
- Aula 73 - Escreva nesse papel o nome do seu pai.

Projeto ACESSO COM SUCESSO

É uma iniciativa do Plano de Gestão do TRE-PA que busca garantir que pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida tenham acessibilidade plena às seções eleitorais. O projeto foca em eliminar barreiras físicas e informacionais, permitindo que o cidadão exerça seu direito ao voto com autonomia e dignidade.

A iniciativa é gerenciada pela Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social - SGS e envolve diversas unidades do Tribunal, como a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Assessoria de Comunicação (ASCOM).

Objetivos Principais

Os objetivos do projeto são divididos em três frentes principais:

- **Garantia de Acesso:** Assegurar que os locais de votação estejam fisicamente preparados para receber eleitores com deficiência física ou mobilidade reduzida.
- **Promoção da Inclusão:** Reduzir as dificuldades de acesso para garantir que todos os cidadãos consigam exercer o direito ao voto, promovendo uma imagem institucional mais inclusiva.
- **Melhoria do Cadastro Eleitoral:** Aperfeiçoar a identificação desse público no sistema da Justiça Eleitoral para que o atendimento seja feito de forma adequada e personalizada.

Entregas e Produtos Esperados

Para alcançar esses objetivos, o plano prevê ações concretas, tais como:

- **Plano de Comunicação:** Convocar eleitores para informarem à Justiça Eleitoral sobre suas necessidades de acessibilidade.
- **Alocação Estratégica:** Transferir eleitores com deficiência para seções que já possuam acessibilidade garantida.
- **Capacitação:** Treinar os atendentes para o preenchimento correto dos dados de acessibilidade no sistema ELO.
- **Parcerias Institucionais:** Firmar acordos para ampliar o alcance das ações e realizar atendimentos itinerantes.

Monitoramento do Cadastro de Eleitores com Deficiência

Como indicador de acompanhamento da iniciativa, é monitorado o quantitativo de eleitores com deficiência registrados no cadastro eleitoral. Conforme dados extraídos do sistema GenIA, em comparação com as informações do Portal de Dados Estatísticos referentes ao ano de 2024, verificou-se que o cadastro passou de 85.635 eleitores em 2024 para 86.625 eleitores em 2025, representando um aumento de 1,16% no período analisado. Esse crescimento está relacionado às ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Acesso com Sucesso, que tem contribuído para ampliar a identificação e o cadastramento de eleitores com deficiência no sistema da Justiça Eleitoral.

Projeto ACESSO COM SUCESSO

Expedição Marajó 360º

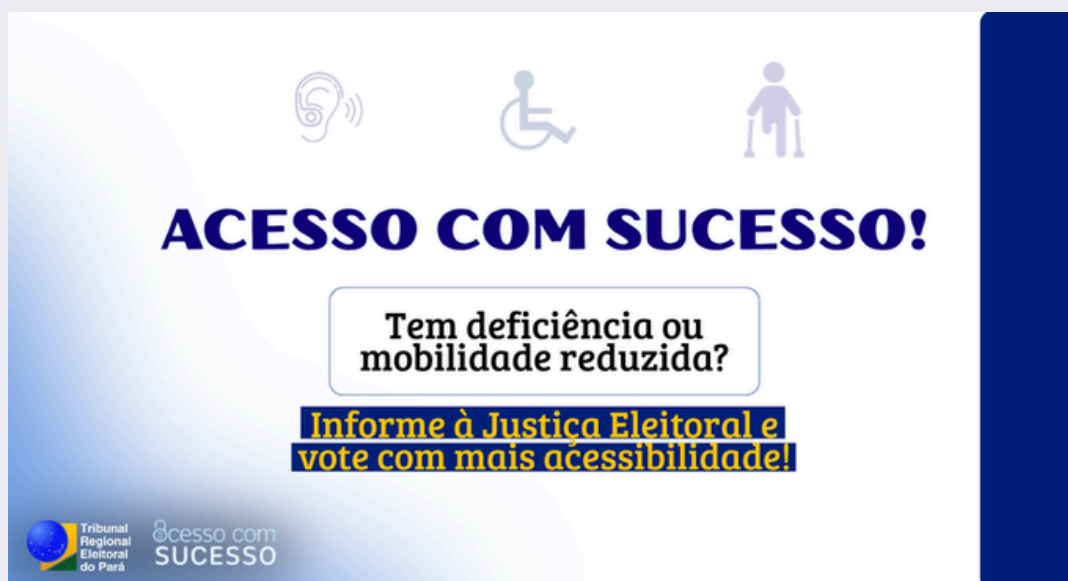
Como fruto das parcerias institucionais do Projeto Acesso com Sucesso, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em parceria com a Defensoria Pública do Estado (DPE-PA), atuou na realização da Expedição Marajó 360º e ofereceu serviços essenciais à população da região do arquipélago do Marajó.

O que é a Expedição Marajó 360º?

É um plano especial de trabalho da Defensoria Pública. O nome "360 graus" indica que o projeto quer olhar para todos os lados e necessidades da região, atendendo as pessoas que vivem tanto nas cidades quanto em áreas rurais e ribeirinhas do Marajó. Como muitas cidades do Marajó são longe da capital e o acesso é feito por barcos, a Defensoria organiza ações para ir até onde o povo está, em vez de esperar que as pessoas viajem até Belém.

O TRE do Pará, por meio do atendimento ao eleitorado, ofereceu serviços como alistamento, transferência e revisão de dados cadastrais nos seguintes Municípios:

- 📍 PONTA DE PEDRAS - 11 a 12 de março
- 📍 MUANÁ - 14 a 15 de março
- 📍 SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA - 17 a 18 de março
- 📍 CURRALINHO - 20 a 21 de março
- 📍 BAGRE - 23 a 24 de março
- 📍 PORTEL - 26 a 27 de março
- 📍 GURUPÁ - 30 a 31 de março
- 📍 AFUÁ - 02 a 03 de abril
- 📍 CHAVES - 02 a 03 de abril
- 📍 CACHOEIRA DO ARARI - 06 a 07 de abril



Acesso com Sucesso!

Tem deficiência ou mobilidade reduzida?

Informe à Justiça Eleitoral e vote com mais acessibilidade!

Tribunal Regional Eleitoral do Pará | Acesso com Sucesso

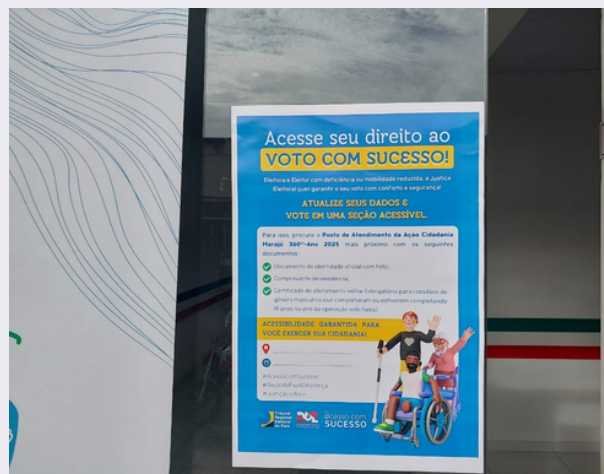
Projeto ACESSO COM SUCESSO

Galeria de fotos da Expedição Marajó 360°



#paratodosverem

Imagem 1 - Servidores fazendo atendimento



#paratodosverem

Imagem 2 - Cartaz de divulgação da Campanha Acesso com Sucesso



#paratodosverem

Imagem 3 - Imagem aérea de todos as pessoas que trabalharam na Expedição Marajó 360°, dentro do barco da expedição.



#paratodosverem

Imagem 4 - Imagem do local da Ação Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista

SEMANA DA ACESSIBILIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) iniciou, em 1º de dezembro de 2025, a Semana da Acessibilidade em alusão ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (3 de dezembro).

A programação começou com a oficina “Atitudes que incluem: eliminando barreiras na Justiça Eleitoral”. As Oficinas foram realizadas nos dias 01 e 02 de dezembro de 2025. O primeiro dia ocorreu no Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE) e nas Zonas Eleitorais da Capital, localizado no bairro da Pedreira, e registrou a presença de 20 participantes, entre eles servidoras(es), requisitadas(os) e terceirizadas(os). O segundo dia ocorreu no Fórum Eleitoral de Ananindeua, que abriga a Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) e as três Zonas Eleitorais do município, 43ª, 72ª e 107ª, e contou com a participação de 21 participantes, entre eles servidores, requisitados e terceirizados.

Coordenadas pela Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social (SGS) em parceria com o Núcleo Gestor de Promoção à Saúde Mental (NGS), as oficinas abordaram a evolução histórica do conceito de deficiência, o Modelo Social da Deficiência, normativas e tecnologias assistivas.

As atividades incluíram dinâmicas práticas, como desenhar de olhos vendados para vivenciar desafios da deficiência visual, e discussões sobre o capacitismo (discriminação) e as penalidades previstas na Lei Brasileira de Inclusão (LBI). O objetivo foi fornecer orientações práticas para um atendimento mais acessível e acolhedor, focando na eliminação de barreiras atitudinais. Em Ananindeua, o encontro encerrou-se com a construção do “Mural do Compromisso Coletivo pela Inclusão”.

Semana da Acessibilidade

Galeria de fotos



#paratodosverem

Imagem 1 - Oficina com aplicação de experiências sensoriais com venda nos olhos.

Imagem 2 - Roda de conversa com Assistente Social do TRE/PA e servidores.

Imagem 3 - Foto em frente ao Fórum de Ananindeua com todos os participantes da Oficina.

TRE do Pará divulga a urna eletrônica com acessibilidade

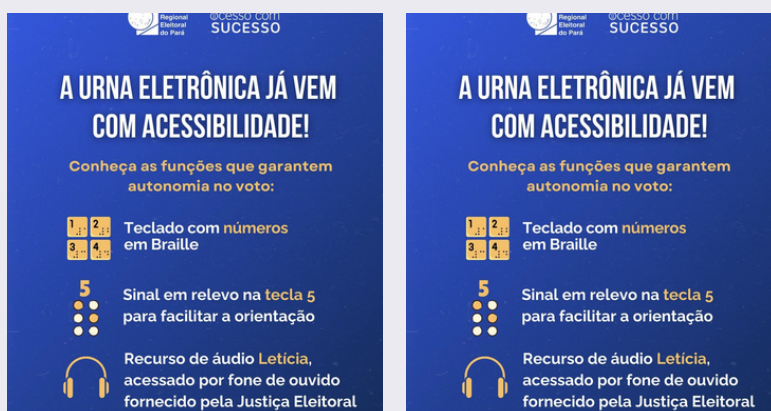
A Justiça Eleitoral incentiva pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a informarem sua condição no cadastro eleitoral. Esse procedimento é simples e essencial para promover um ambiente de votação mais acessível e inclusivo, garantindo que as necessidades específicas desse público sejam atendidas. Esta iniciativa o projeto “Acesso com Sucesso”, com o objetivo de atualizar o cadastro eleitoral de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e faz parte do Plano de Gestão do TRE-PA para o biênio 2025-2026.

Recursos de Acessibilidade nas Urnas Eletrônicas

As urnas eletrônicas brasileiras contam com recursos que facilitam o exercício do voto por pessoas com deficiência, incluindo:

- Teclado com números em Braille;
- Tecla 5 com relevo para orientação tátil;
- Sistema de áudio (Letícia) com fornecimento de fones de ouvido pela Justiça Eleitoral.

Resultado: a iniciativa do TRE-PA reflete o empenho da Justiça Eleitoral em promover um processo democrático inclusivo, assegurando que todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas, possam exercer plenamente seu direito ao voto.



#paratodosverem

Imagem 1 - Cartaz do Acesso com Sucesso informando dos recursos da urna eletrônica.

Imagem 2 - Foto da Urna Eletrônica, contendo a informação que o eleitor deve declarar sua deficiência ao Tribunal Eleitoral, para garantir acesso a recursos de acessibilidade.

TRE do Pará conquista Selo Linguagem Simples pelo segundo ano consecutivo

No dia 13 de outubro, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) recebeu, pelo segundo ano seguido, o Selo Linguagem Simples, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O anúncio, feito em 20 de outubro, destacou o TRE-PA como o quarto melhor pontuado entre os Tribunais Regionais Eleitorais do país.

A premiação, realizada anualmente em outubro, coincide com o Dia Internacional da Linguagem Simples e reconhece iniciativas que promovem uma comunicação clara e acessível no Judiciário. Os projetos foram avaliados por seis jurados, incluindo especialistas em linguística, acessibilidade e comunicação, além de representantes do CNJ.

Projetos premiados do TRE-PA

O TRE-PA inscreveu cinco iniciativas inovadoras, alinhadas aos eixos do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples. Conheça cada uma, a seguir:

- Eixo 1 - Simplificação da Linguagem nos Documentos: “Entenda.jus” Transforma a comunicação da Justiça Eleitoral, revisando e simplificando conteúdos do portal institucional. Inclui o Manual Legal Pra Você, com 71 termos técnicos explicados de forma acessível.
- Eixo 2 - Brevidade nas Comunicações: “Decisão Direta” Introduzida pela Resolução nº 5.841/2024, permite que julgamentos em sessões plenárias sejam apresentados apenas pela leitura da ementa, mantendo a versão completa nos autos.
- Eixo 3 - Educação e Capacitação: “Reescrevendo a Justiça” Duas oficinas presenciais em 2025 capacitaram 65 servidores e colaboradores para reescrever documentos internos e simplificar páginas do portal, seguindo diretrizes do CNJ.
- Eixo 4 - Tecnologia da Informação: “Originários: Sua língua, seu voto, sua representatividade” Cinco guias bilíngues (escritos e em vídeo) nas línguas Mebêngokrê, Munduruku, Nheengatu, Wai-Wai e Tenetehara foram criados para facilitar o entendimento do processo eleitoral pelos povos indígenas do Pará.
- Eixo 5 - Articulação Interinstitucional: “Diálogos Partidários” Capacita dirigentes de partidos políticos no uso de sistemas eleitorais, promovendo diálogo e informação clara para fortalecer a democracia.



Tribunal Regional Eleitoral
do Pará

RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE - 2025

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Elaboração e editoração:

Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão - CMAI

Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social - SGS

Belém, fevereiro de 2026